

# ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DO AUTOR	
— Antônio Álvares da Silva .....	15
APRESENTAÇÃO DO LIVRO	
— José Francisco Siqueira Neto .....	19
<b>CAPÍTULO I — O CONTEXTO GERAL</b>	
<b>I.1. TRABALHO E DIREITO NA ALEMANHA FEDERAL</b>	
1. Trabalho Remunerado e Não-Remunerado .....	39
2. Formas Concretas de Trabalho Remunerado .....	40
2.1. Trabalho autônomo .....	40
2.2. Trabalho assalariado .....	42
2.3. Trabalho ilegal .....	43
3. O Direito do Trabalho no Sistema Jurídico .....	45
4. Estrutura Externa e Fontes do Direito do Trabalho ...	47
4.1. Auto-ajuda e normas de conteúdo protetor .....	47
4.2. Direito do Trabalho como Direito Escrito .....	48
4.3. Direito do Trabalho e Jurisprudência .....	49
4.4. A “Doutrina Predominante” .....	50
4.5. Contratos Coletivos e Acordo a Nível de Empresa	52
5. Parceria Social como Princípio que Rege Tácita ou Ex- plicitamente a Resolução de Conflitos .....	53
5.1. Lei Constitucional de Empresas .....	53
5.2. Sindicatos .....	55
5.3. Coordenação dos Conselhos de Representação e dos Sindicatos .....	56

6. Direito do Trabalho de Primeira e de Segunda Classe — Desregulamentação pelo Deslocamento das Fronteiras	58
6.1. O Empregador Atípico .....	58
6.2. O Empregado Atípico .....	59
7. Igualdade de Direitos para Homens e Mulheres no Trabalho .....	61
8. As Novas Tecnologias e o Direito do Trabalho .....	63
9. Internacionalização do Direito do Trabalho Alemão ..	65
10. A Exportação do Direito do Trabalho da Alemanha Federal para a Ex-Alemanha Oriental .....	66
 <b>I.II. RELAÇÕES DE TRABALHO E DIREITO NA ALEMANHA FEDERAL</b>	
1. Introdução .....	68
2. Capital e Trabalho .....	69
3. Intervenção do Estado .....	71
4. Características Estruturais da Intervenção Estatal atra- vés do Direito .....	73
4.1. O Direito do Trabalho como Parte da Intervenção do Estado .....	73
4.2. Finalidade e Estrutura Formal do Direito do Traba- lho — Conseqüências para uma classificação sis- temática do Direito .....	75
4.3. Direito Positivo — Jurisprudência — Direito Cien- tífico .....	77
5. Resolução Autônoma de Conflitos pelos Próprios An- tagonistas Sociais .....	80
6. Dinamismo Social e Intervenção do Estado pelo Direi- to do Trabalho .....	85
6.1. Tendências Concentracionistas .....	85
6.2. Mudanças do Processo do Trabalho .....	87
6.3. Internacionalização da Produção e do Comércio	89

## I.III. O CONSELHO DE REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS NO SISTEMA ALEMÃO

1. Introdução .....	91
2. Onde se Forma um Conselho de Representação? ...	92
3. Relações com o Sindicato .....	93
4. Máximas de Ação .....	95
5. Condições de Trabalho do Conselho .....	96
6. Os Direitos de Co-Gestão do Conselho .....	98
7. O Conselho de Representação como Agente Decisivo de um "Microcorporativismo" .....	100
8. Perspectivas .....	101

## I.IV. INTERPRETAÇÃO ALTERNATIVA DO DIREITO DO TRABALHO?

1. O Que é "Interpretação Alternativa"? .....	103
2. Teoria e Prática da Interpretação Alternativa .....	104
3. Pressupostos da Teoria do Direito Alternativo .....	111
4. Pressupostos Políticos da Interpretação Alternativa .	115
5. O Resultado dos Esforços — Três Exemplos .....	118
6. A "Interpretação Alternativa" e Outras Tarefas .....	121

## I.V. INDIVÍDUO E COLETIVO NO DIREITO DO TRABALHO

1. Introdução .....	123
1.1. A Valorização do Indivíduo .....	123
1.2. O Coletivo Desbancado .....	124
2. O Questionamento Incompleto .....	126
3. O Direito de Filiação e o Direito de Recusa .....	128
3.1. A Liberdade de Localização Dividida .....	128
3.2. A Grande Exceção: Representação de Interesses na Empresa .....	133
4. A Garantia de Formas de Ação Coletiva .....	135
4.1. Os Princípios Praticados até hoje .....	135
4.2. A Forma Rudimentar de uma ordem coletiva .....	137

4.3. Direito do Trabalho autônomo ou volta ao Código Civil? .....	140
4.3.1. A importância do problema .....	140
4.3.2. Peculiaridades Reconhecidas do Direito do Trabalho .....	141
4.3.3. Razões para o Reconhecimento de uma Área de Direito à Parte .....	143
5. Priorização dos Contratos Coletivos Frente aos Direitos Individuais? .....	145
5.1. Vinculação a Direitos Básicos do Empregado ...	146
5.2. Respeito aos Direitos Contratuais? .....	147
5.3. Avaliação .....	149
I.VI. O DIREITO DO TRABALHO ALEMÃO. UMA DESVANTAGEM PARA AS EMPRESAS LOCAIS?	
1. Introdução .....	152
2. O Direito do Trabalho como Parte Essencial da Realidade	153
2.1. As Fontes do Direito do Trabalho .....	153
2.2. Âmbito de Aplicação .....	154
2.3. Importância Prática .....	155
3. Características Internas .....	156
3.1. O Equilíbrio dos Interesses e as Leis do Mercado	156
3.2. Cooperação Antagonista .....	160
3.3. Aspectos da Qualidade do Indivíduo e do Sujeito	162
3.4. Flexibilidade do Direito do Trabalho .....	165
3.5. Estabilidade .....	167
4. Necessidade de Modernização .....	168
4.1. Internacionalização da Economia Alemã .....	168
4.2. Mudanças Tecnológicas .....	171
4.3. Individualização .....	173
5. Conclusão .....	174

**CAPÍTULO II — NOVAS TECNOLOGIAS E O DIREITO DO TRABALHO**

<b>II.I. NOVAS TECNOLOGIAS SOB A ORIENTAÇÃO DO DIREITO?</b>	
1. Introdução .....	177
2. O Modelo Liberal da Sociedade como Base do Direito Vigente .....	177
2.1. A Regra .....	177
2.2. Exceções .....	179
3. Os Riscos Técnico-Científicos e o Direito .....	181
3.1. Levantamento .....	181
3.2. Desenvolvimento Futuro .....	185
4. Tratamento Dispensado aos Riscos Sociais .....	188
4.1. Regulamentação Jurídica do "Cadastramento Total"? .....	188
4.2. Regulamentação Jurídica dos Riscos Trazidos por formas Eletrônicas de Vida? .....	193
4.3. Regulamentação Jurídica de Falta de Trabalho e Desqualificação .....	194
5. Observação Final .....	196
<b>II.II. DIREITO E NÃO-ACEITAÇÃO: DOIS CAMINHOS PARA INFLUENCIAR A TECNOLOGIA?</b>	
1. Introdução .....	197
2. Limites e Chances do Controle Estatal .....	198
3. Controle Estatal do Desenvolvimento Tecnológico ...	200
3.1. A Tecnologia como Assunto Particular .....	200
3.2. A Complexidade da Tecnologia como Objeto de Regulamentação .....	201
3.3. O Direito como Forma de Reagir à Experiência .....	203
3.4. Resistência dos Afetados pelos Encargos Estatais .....	204
3.5. O Estatuto Pluriforme como Alvo de Exigências .....	205

4. Influência sobre a tecnologia pela Recusa de Aceitação?	206
4.1. O Princípio .....	206
4.2. Os Riscos .....	208
4.3. Consciência Organizada e Não-Organizada .....	210
5. Um caso Específico: a Influência dos Sindicatos sobre a Tecnologia .....	211

### II.III. NOVAS TECNOLOGIAS E NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

1. Tecnologias de Informação na Empresa .....	214
1.1. Formas de Manifestação .....	214
1.2. Conseqüências da Transformação Tecnológica para os Empregados .....	216
1.3. Reação dos Sindicatos e dos Representantes dos Empregados .....	217
2. Contratos Coletivos e a Utilização de Novas Tecnologias	218
2.1. Os Casos Comuns .....	218
2.2. A Caminho da Regulamentação das Tecnologias	219
3. Os Direitos de Co-Gestão do Conselho de Representação	221
3.1. A Co-Gestão do Controle Técnico .....	221
3.2. Outros Direitos de Participação .....	225
4. Tentativa de Explicação dos Sucessos e das Deficiências	226
5. Possíveis Perspectivas .....	229

## CAPÍTULO III — INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA E DO DIREITO DO TRABALHO

### III.I. DIREITO DO TRABALHO E RELAÇÕES COM O EXTERIOR

1. Introdução .....	235
2. Institucionalização através do Mercado Interno Europeu?	237
2.1. Conseqüências de um mercado sem Fronteiras	238
2.2. Criação de Relações de Trabalho em Âmbito Europeu através do Direito? .....	240
2.2.1 Os Resultados Modestos da Política Social da Comunidade Européia .....	240

2.2.2. Uniformização pela Desregulamentação?	242
2.2.3. Uniformização por meio do Progresso Social?	245
3. Contatos Excepcionais com o Exterior .....	247
4. O Envio de Funcionários Alemães ao Exterior .....	248
4.1. Requisitos .....	248
4.2. Situação Jurídica em Caso de Trabalho Interino no Exterior .....	249
4.3. Situação Jurídica em Caso de Trabalho constante no Exterior .....	252
4.3.1 Ordem Jurídica Aplicável .....	252
4.3.2. Modificações do Direito Contratual Alemão	252
4.3.3. A Aplicação de Contratos Coletivos Alemães	255
4.3.4. Estatuto das Empresas, Co-Gestão e Partes Públicas do Direito do Trabalho .....	256
4.3.5. Um Conflito Atual .....	259
5. Trabalho Ligado ao Exterior .....	260
5.1. Empregados Estrangeiros Enviados para a Alemanha	260
5.2. Empregados Estrangeiros Contratados no País de Destino .....	261
6. Processamento Transnacional de Dados Pessoais ...	262
6.1. Situação Atual da Discussão .....	262
6.2. Aplicabilidade da Lei sobre Proteção de Dados	263
6.3. Conteúdo normativo .....	264

### III.II EUROPEIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO?

1. O Ponto de Partida: o Direito do Trabalho como Fenômeno Nacional-Estatal .....	267
2. Experiências da CE até Hoje .....	268
2.1. A Constância dos Princípios .....	268
2.2. Setores com Normatização Européia .....	269
2.3. Preceitos Isolados do Direito da CE .....	271
2.4. Mecanismos de Coordenação .....	273

3. Causas .....	274
3.1. Falta de Competência Comunitária? .....	274
3.2. Os Verdadeiros Obstáculos .....	275
4. Perspectivas: a Dimensão Social do Mercado Interno Europeu e o Direito do Trabalho .....	277
4.1. A Necessidade de uma Política Social Européia .....	277
4.2. As Mudanças de Maastricht .....	279
4.3. Direito do Trabalho — Um Campo de Ação para a Futura Política Social da CE? .....	280

### III.III. DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO — ESPERANÇA DOS SINDICATOS?

1. Introdução .....	284
2. Níveis de Formação e Prioridades de Regulamentação .....	287
2.1. O Nível das “Nações Unidas” .....	287
2.1.1. Os Dois Pactos da ONU sobre Direitos Humanos .....	287
2.1.2. Convenções e Recomendações da OIT ....	288
2.1.3. Códigos de Comportamento para as Empresas Multinacionais .....	289
2.2. O Nível Europeu .....	289
2.2.1. O Conselho da Europa .....	289
2.2.1.1. Convenção Européia de Direitos Humanos .....	289
2.2.1.2. A Carta Social Européia .....	290
2.2.1.3. A Convenção de Proteção de Dados .....	290
2.2.2. As Comunidades Europeias .....	291
2.2.2.1. Tratados de Direito Internacional .....	291
2.2.2.2. Liberdade de Locomoção e Domicílio dos Empregados .....	291
2.2.2.3. Adequação Jurídica .....	291
2.3. Prioridades de Conteúdo .....	293

3. Mecanismos de Aprovação .....	295
3.1. A Área de Direito Internacional .....	295
3.2. A Área Doméstica .....	297
3.3. Norma e Realidade .....	300
4. Razões do Surgimento e da (Falta de) Aplicação do Direito Internacional do Trabalho .....	303
4.1. Ineficácia do Direito Internacional em Geral? ....	303
4.2. A Constelação Específica das Forças na Criação de um Direito do Trabalho Internacional .....	304
4.3. Dificuldades Adicionais na Normatização? .....	306
5. Conseqüências para as Disputas Atuais .....	308
5.1. Princípios de Convivência com o “Direito Simbólico” .....	308
5.2. Envolvimento de Instâncias Internacionais .....	309
5.3. Envolvimento de Tribunais Alemães .....	312
A Organização judiciária .....	313
SIGLAS .....	317